

PESQUISA-FORMAÇÃO EM ETNOCOMUNICAÇÃO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: SABERES E FAZERES INDÍGENAS NA RELAÇÃO COMUNICAÇÃO/EDUCAÇÃO

*Leonardo Zenha**

Universidade Federal do Pará

<https://orcid.org/0000-0003-2474-8112>

*Beleni Saléte Grando***

Universidade Federal de Mato Grosso

<https://orcid.org/0000-0002-5491-2123>

*Cristiane Ribeiro Barbosa da Silva****

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias do Estado do Pará

<https://orcid.org/0000-0002-9224-8868>

RESUMO

O artigo em questão faz parte de uma pesquisa de Pós-Doutorado em diálogo com parceiras do Projeto *Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE)*. A proposta resulta de experiências de ensino, pesquisa, extensão e atuação na pós-graduação, tendo como método a pesquisa-formação multirreferencial (SANTOS, 2019; ARDOINO, 1998) no campo da educação e comunicação com os povos indígenas do Brasil. Objetiva discutir questões envolvendo a etnocomunicação como dispositivo de luta identitária, ancestral e decolonial e os diferentes usos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). A metodologia utilizada é a pesquisa-formação, com imersão nos movimentos assumidos pelos povos originários, no movimento nacional de luta por direitos constitucionais e da terra, e com ações articuladas ao projeto de formação de professores indígenas ASIE. Pistas iniciais nos levam a compreender que as tecnologias digitais contemporâneas são apropriadas para comunicação, mas ainda pouco inseridas nas práticas educativas no contexto investigado.

* Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Pós-Doutorando em Educação (UFMT) vinculado ao PROCAD – Amazonia/CAPES. Professor do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) – e do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) da Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Pesquisa GRÃOS - experiências educativas mediadas pelas TICs. Altamira (PA), Brasil. E-mail: leozenha@ufpa.br.

** Doutora em Educação (UFSC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFMT). Líder do Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura (COEDUC/UFMT), do Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola – Rede UFMT-Unemat-UFR; e coordenadora pelo PPGE/UFMT, do Procad-Amazônia/Capes Rede UFPA-UFMT-UFAM. Cuiabá (MT), Brasil. E-mail: beleni.grando@gmail.com

*** Mestranda de Pós-graduação em Educação e Cultura (UFPA). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias do Estado do Pará (IFPA). Belém (PA), Brasil. E-mail: cristiane.silva@ifpa.edu.br.

Palavras-chave: etnocomunicação; povos indígenas; tecnologias digitais informação e comunicação; decolonialidade.

ABSTRACT

RESEARCH-TRAINING IN ETHNOCOMMUNICATION IN THE CONTEMPORARY CONTEXT: INDIGENOUS KNOWLEDGE AND DOINGS IN THE COMMUNICATION/EDUCATION RELATIONSHIP

The paper is part of Post-doctoral Research with partners of the *Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE)*. This work is results from teaching, research, extension and training experiences in post-graduation, considering the multi-referentiality as epistemological perspective (SANTOS, 2019; ARDOINO, 1998) at the field of education and communication in regard to the indigenous people from Brazil. Thus, it aims at discussing issues that involves the Ethnocommunication as a device of identity, ancestral and decoloniality struggle, and also alternative uses of Digital Technologies of Information and Communication (TDIC). The Research-Training is methodology used with immigrants in that movement assumed by the original people, that fight for constitutional rights and the land, and with actions articulated to the training project for ASIE indigenous teachers. Preliminary findings led us to understand that contemporary digital technologies are appropriate for communication, however there are few educational practices in the context of this work.

Keywords: ethnocommunication; endigenous people; digital technologies information and communication; Decolonial.

RESUMEN

INVESTIGACIÓN-FORMACIÓN EN ETNOCOMUNICACIÓN EN EL CONTEXTO CONTEMPORÁNEO: SABERES Y HACER INDÍGENAS EN LA RELACIÓN COMUNICACIÓN/EDUCACIÓN

El artículo en cuestión es parte de una investigación posdoctoral en diálogo con socios del *Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE)*. La propuesta resulta de experiencias de enseñanza, investigación, extensión y actuación en estudios de posgrado, utilizando el método multirreferencial de investigación-formación (SANTOS, 2019; ARDOINO, 1998) en el campo de la educación y comunicación con los pueblos indígenas de Brasil. Tiene como objetivo discutir cuestiones que involucran la etnocomunicación como dispositivo de identidad, lucha ancestral y decolonial y los diferentes usos de las Tecnologías Digitales de Información y Comunicación (TICD). La metodología utilizada es de investigación-formación, con inmersión en los movimientos asumidos por los pueblos originarios, en el movimiento nacional de lucha por los derechos constitucionales y territoriales, y con acciones vinculadas al proyecto de formación de docentes indígenas ASIE. Pistas iniciales nos llevan a comprender que las tecnologías digitales contemporáneas son apropiadas para la comunicación, pero aún poco insertas en las prácticas educativas en el contexto investigado.

Palabras clave: etnocomunicación; pueblos indígenas; tecnologías digitales informacion y comunicación; decolonialidad.

Etnocomunicação e educação: uma proposta de pesquisa-formação em rede¹

A motivação da pesquisa tem como ponto de partida nossas experiências, principalmente com grupos étnicos e coletivos da terra na Amazônia brasileira, envolvendo as Tecnologias Digitais de Informação e comunicação (TDICs); com os usos de imagens, vídeos, softwares, plataformas e redes, construção de conhecimento sobre a cibercultura, formação de professores indígenas e do campo e as mídias; e, por último, mais especificamente, nas lutas dos Povos Indígenas contra o Marco temporal, que aconteceu em Brasília em 2021². A partir do nosso envolvimento com a ação formativa e o desenrolar dos acontecimentos na resistência aos avanços neoliberais violentos que assolam os povos indígenas em seus territórios, inclusive durante o isolamento pandêmico provocado pelo vírus Covid-19, observamos novas formas de pensar/fazer (ALVES, 2003) nos processos formativos dentro e fora da Universidade. O estudo que apresentamos tem como proposta metodológica inicial e como ponto de partilha a pesquisa-formação (MACEDO, 2013; SANTOS, 2019) no campo da etnocomunicação, entendendo esse processo vinculado às lutas que têm envolvido a comunicação e a educação no cotidiano comunitário dos povos amazônicos — historicamente excluídos e ainda colhendo os frutos podres da colonização e atual colonialidade.

Compreendemos a etnocomunicação como um processo de construção de dispositivos (ARDOINO, 1998) e formas de se comunicar de uma maneira própria, que produz e desenvolve

a partir da formação da própria identidade, da cultura e da ancestralidade, que se insere neste plano de trabalho de investigação de pós-doutorado em parceria com formadoras do projeto “Saberes Indígenas na Escola” (ASIE-MT³), ao mesmo tempo de fortalecimento/trocas e aprofundamento de pesquisas/estudos/formação, objetivando ampliar os olhares sobre os desafios destes grupos étnicos em relação aos seus territórios. Logo, essa articulação da pesquisa é imbricada com os estudos e a produção de novos referenciais para o contexto amazônico em rede, que visa aprofundar investigações coletivas sobre as relações étnico-raciais, a Educação Escolar Quilombola e, principalmente, as Educações Indígenas na perspectiva da Educação Intercultural⁴. Reconhecemos os desafios desse tema de investigação sobre as questões da etnocomunicação em diálogo com Gersem Luciano Baniwa (2007), uma autoridade legitimada nas lutas das políticas específicas para os povos indígenas do Brasil e também pesquisador e intelectual da Amazônia:

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades e organizações indígenas é a de lidar com o modelo burocrático de organização social, política e econômica dos brancos, que são obrigados a adotarem nas suas comunidades para garantir seus direitos de cidadania, como o acesso a recursos financeiros e tecnológicos. O modelo de organização social, no formato de associação institucionalizada não respeita o jeito de ser e de fazer dos povos indígenas. (BANIWA, 2007, p. 137).

Nesse contexto, os estudos/pesquisa/formação sobre a produção de “etnomídias” (NASCIMENTO, BASTOS, 2020) foram realizados com um sentido próprio, que rompe com a

1 Revisão de Língua Portuguesa e normas técnicas (ABNT) deste artigo é de responsabilidade da Professora Mestra em Letras-Magna Angélica Oliveira Rodrigues. Especialista em revisão textual, Especialista em Mídias na Educação e Especialista em Diversidade étnico-racial e gênero.

2 Identificamos alguns canais que cobriram a mobilização, entre eles: <https://casaninjaamazonia.org/levante-indigena/> <https://apiboficial.org/2021/06/22/repressao-a-manifestacao-indigena-em-brasilia-deixa-tres-feridos-e-dez-pessoas-intoxicadas-com-gas/>.

3 Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola Rede UFMT é constituído como ação formativa continuada e professores para a alfabetização, letramento, numeramento que perpassam pelos direitos dos povos indígenas às educações específicas que atendem aos princípios da territorialidade ancestral, das situações social histórica das línguas e da interculturalidade.

4 Esses eixos temáticos são referenciados pela Rede de Cooperação Acadêmica na Amazônia- PROCAD, que envolve três programas de pós-graduação em educação, na qual nos inserimos, PPGEDUC/UFPA – PPGE/UFMT – PPGE/UFAM.

produção de rotinas de comunicação pautadas pela colonialidade e que estabelece o princípio de respeito à fala e aos processos de quem emite a informação e, acima de tudo, coloca em pauta elementos de lutas que estão no centro das disputas de poder do século XXI. Como, por exemplo, a luta pelo respeito à diversidade, ao território e ao modo de produções da vida contra o neoliberalismo, o patriarcado e o racismo estruturante no cotidiano das relações e das instituições brasileiras e potencializa a perspectiva intercultural.

Na etnocomunicação indígena este comunicar é alterado pela formação de um eixo identitário que rege todas as experiências indígenas. Tendo esta formação como norte, acreditamos que a etnocomunicação indígena é uma comunicação ancestral, decolonial e étnica que se fundamenta nas percepções de mundo próprias de seus agentes comunicativos. (NASCIMENTO; BASTOS, 2020, p. 26).

Reconhecemos com os autores, que mesmo nas condições adversas históricas, há outras perspectivas que são próprias e diferentes do colonizador e que mobilizam também a comunicação para além da perspectiva dominante e excludente da sociedade do capital. Nesse sentido, a pesquisa tem como foco questões envolvendo os povos indígenas, que dialogam e trazem o esforço de construir outros referenciais de comunicação/educação em diálogo com vivências compartilhadas nas universidades pela pesquisa, ensino e extensão, perpassando os diferentes usos da comunicação, das tecnologias digitais, de experimentações com as redes sociais digitais e formações com diferentes grupos sociais e étnicos da/na Amazônia.

Esse é o convite: partilhar, trocar, aprender, desaprender. Sentir a arte, a educação e a política como maneiras de fazer, com mais abertura ao devir, àquele vir a ser ainda em embrião, incerto mas promissor; com menos apego ao passado como porto seguro, mas aprendido como lição de experiência/saber que impulsiona passos novos em deslocamento, tanto do corpo físico que sai da sala de aula, dos muros seguros da escola, e vai para as ruas, quanto do corpo-pensamento que se reinventa na contradição para construir

um novo comum e partilhá-lo, com mais beleza, mais alegria. (CORDEIRO; LOPES, 2021).

Com isso, em nossos estudos, tivemos como perspectiva repensar as metodologias a serem utilizadas e experimentar algo menos engessado e ampliar os formatos com novas possibilidades a partir do contexto e das formas de pensar/fazer com o cotidiano, como afirma Alves (2003). Nesse momento, nossa proposição investigativa perpassa por conceitos da etnocomunicação e da formação intercultural, este último com as contribuições de Grando e Marín (2021), e sobre a apropriação das tecnologias digitais, a afirmação da cultura e das identidades no contexto de lutas anticapitalistas, decoloniais (SOUZA-SANTOS, 2007; QUIJANO, 2009), anticoloniais (BISPO, 2015) e diferentes propostas de formação que trazemos a partir do diálogo com autores da Amazônia (CORDEIRO, CORREA e FORMIGOSA 2019; CORDEIRO, LOPES, 2020; CORDEIRO, COSTA, 2020; ZENHA, LOPES, 2021), que têm como perspectiva a formação crítica e que considera os espaços das redes, reconhecendo esses espaços como lugares de fortalecimento e luta dos povos e seus territórios, como, por exemplo, a luta dos povos amazônicos — sendo eles indígenas, camponeses, ribeirinhos e quilombolas.

Com a investigação e as ações formativas com as quais referenciamos nossas experiências advindas da relação universidade/povos/cotidianos, percebemos o desenvolvimento de dispositivos (ARDOINO, 1998) que trouxeram a potência das trocas de conhecimento e de novas possibilidades de afirmação da identidade e experiências de usos das tecnologias digitais de comunicação e informação (TDICs), trazendo possibilidades de perceber outras apropriações que consideramos usos contra hegemônicos dos usos das TDICs, como na perspectiva dos povos indígenas:

[...] a etnocomunicação indígena está inclusa dentro do entendemos como uma dimensão e um desdobramento da comunicação comunitária, mas não o é unicamente. Isto porque

ela engloba aspectos que não são tratados na rotina dos meios comunitários, este comunicar no grafismo, no ritual, na natureza, no silêncio e no outro é um comunicar que nasce na matriz da formação humana. A etnocomunicação indígena dilata as experiências de comunicação comunitária porque está submersa em ancestralidade e na decolonialidade das construções subjetivas que formam a identidade indígena. (NASCIMEN-TO, 2020, p. 83).

Com isso, o aprofundamento da pesquisa tem como espaço/tempo perceber como se estabelecem os usos de diferentes dispositivos de comunicações indígenas e como esses processos podem trazer elementos para os povos como processos de formação vinculados à educação intercultural, afirmação das identidades, redes de solidariedade e luta em conexão com o cotidiano da vida, seja ele nas escolas, nos movimentos e nas comunidades.

Etnocomunicação como dispositivo cotidiano da (de) colonialidade do poder, do saber, do ser e da linguagem

O cotidiano de luta decolonial, anti-hegemônica, traz componentes contemporâneos da comunicação/educação como as tecnologias digitais e nos convoca a pensar sua apropriação a sua maneira e seus ritmos e aspectos da ancestralidade. Também expõe, através de componentes comunicativos não indígenas, reivindicações de justiça, saberes e os conhecimentos dos povos indígenas (NASCIMENTO, 2020).

É nesse sentido que trazemos como referências intelectuais/militantes/pesquisadores predominantemente Latino-Americanos, como Gersem Luciano, Paulo Freire, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Arturo Escobar, Catherine Walsh, Nelson Maldonado Torres, entre outros, que provocam rupturas no pensamento ocidental moderno e dialogam sobre as perspectivas hegemônicas tecidas pelos processos de im-

posição epistêmica herdadas pelas colonizações do Sul e Central das Américas.

Entre os convidados desse diálogo, o pensador argentino Walter Mignolo (2006) tece suas críticas para denunciar o “imperialismo dos estudos culturais pós-coloniais”, por reconhecer pensamentos baseados em teóricos eurocêntricos. Mignolo discute as heranças coloniais na América Latina e Caribe, propondo o rompimento definitivo com o colonialismo epistêmico eurocêntrico para estudar questões da América Latina, tomando por referência suas próprias especificidades.

Na maioria dos estudos, autores decoloniais demarcam o rompimento com o pensamento eurocêntrico a partir do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). No entanto, neste trabalho, destacamos que, para além desses, a história não contada evidencia a dinâmica de produção de pensadores decoloniais ou cujas epistemologias não são ocidentais, mas que não circulavam no espaço acadêmico, como as produções críticas de grandes pesquisadores indígenas que atualmente são mais reconhecidos na academia brasileira, como, por exemplo, Ailton Krenak, que tem uma fundamental produção intelectual que responde ao momento atual.

Desde 1998, o M/C se estruturou, promoveu seminários, simpósios, congressos e publicações coletiva e provocou rupturas no movimento que ficou conhecido como Giro Colonial⁵, dando visibilidade ao pensamento decolonial (OLIVEIRA; LUCINI, 2021; BALLESTRIN, 2013). No entanto, para entendermos o que é o pensamento decolonial, é necessário que distingamos os termos colonização de colonialidade. Apesar de ambos denotarem relação de poder sobre um povo/populações, o primeiro, por um lado, implica em ações diretas de dominação política, econômica e administrativa de um país que atua sobre povos/populações; o segundo, por sua vez,

5 Giro Decolonial (Decolonial Turn) é uma expressão cunhada por Maldonado-Torres no ano de 2005. Giro decolonial: “significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, a lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 105).

age em diversas esferas da vida dos indivíduos/das populações, deixando marcas da colonização/do imperialismo de uma nação sobre a outra. O colonialismo, diferentemente da colonialidade (que dele se origina), nem sempre implica obrigatoriamente em relações racistas. Com Aníbal Quijano (2009), compreendemos colonialidade enquanto um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América. (QUIJANO, 2009, p. 73).

Na América Latina, a colonialidade é uma herança de poder da colonização sobre as populações latino-americanas, com forte imposição de classificação racial/étnica. Tornou-se a herança mais perversa e cruel desse período da modernidade, que, mesmo com o fim da colonização, não resultou no abandono do padrão eurocêntrico/hegemônico e da marginalização de todas as formas de vida e de ser, especialmente quanto ao direito à terra. Muito pelo contrário, ela continua exercendo seu poder sob forma de colonialidade e suas dimensões, que segundo Quijano (2009), são reafirmadas pelo sistema capitalista que se apropriou e se expandiu no lucro retirado de sua inserção socioeconômica, política e cultural sobre a produção da vida nos países sul-americanos, onde se estabeleceu um novo padrão de dominação mundial, aliado com a concepção de modernidade. Para Mignolo (2017), esse foi o lado mais sombrio da modernidade, quando a colonialidade do poder gera outras dimensões de colonialidades. Quijano (2009) concebe a colonialidade do poder, como aquela que se estabelece e estrutura o padrão de poder colonial, moderno, capitalista e eurocentrado. Mignolo (2008) destaca que a matriz racial de poder foi o mecanismo pelo qual povos e nações, assim como diversas lín-

guas, religiões, conhecimentos e regiões, foram racializados. Nesse sentido, a colonialidade do poder produz um legado de desigualdade e injustiças sociais e gera outras dimensões de colonialidade, como a colonialidade do saber, do ser e das linguagens, que dialogam entre si, reproduzindo exclusão, opressão e subalternização. No que tange à dimensão epistemológica, a colonialidade do saber se revela como uma forte herança epistemológica do eurocentrismo, esta não reconhece e invisibiliza as múltiplas formas de compreender o mundo, a humanidade, a vida a partir de outras epistemes (LANDER, 2005). Em outras palavras, a colonização do saber subjuga as nações/populações não-eurocêntricas à dominação epistemológica eurocêntrica, suprimindo suas formas peculiares de conhecimento, não lhes conferindo legitimidade aos seus conhecimentos e saberes, subalternizando-os, e resultando, desse modo, em um apagamento/silenciamento de outras epistemologias. Ou seja:

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SOUZA-SANTOS; MENESES, 2009, p. 7).

Mignolo (2010) reconhece que a colonialidade do ser consiste em utilizar o conhecimento hegemônico para reprimir as subjetividades. Lembrando que essas dimensões não atuam de forma separada, já que, para Leroy (2021), todos os conhecimentos produzidos pelas nações colonizadoras acabam incidindo nas subjetividades dos indivíduos colonizados, ou seja, na população subjugada — o que demonstra como essas dimensões dialogam e se interseccionam.

Expostos alguns entrelaçamentos, urge a necessidade de trabalhar em prol da decolonização. Conforme destaca Leroy (2021, p. 159), decolonização é mais que um conceito: “Decolonizar é verbo, é ação, é práxis, é luta e insurgência coletiva.”

Decolonização advém da ação decolonizar como práxis, resistência, luta e insurgência, o termo decolonizar, como história e práxis que se inscreve na América desde 1500, portanto, pois segundo Oliveira e Lucinni (2020), as posturas e as atitudes coloniais antecederam o significante decolonizar, por meio de resistências e lutas contra a dominação, a exploração, o controle, o apagamento e os silenciamentos dos conhecimentos, dos saberes, das práticas sociais e culturais das populações. Esses enfrentamentos antecederam o significante decolonizar.

Tendo esses pressupostos decoloniais, compreendemos que a etnocomunicação é integrante de ações e experiências. Como afirma Nascimento (2020, p. 64), a “[...]comunicação que se desenvolve teoricamente a partir das reflexões a respeito da decolonização dos saberes do Sul Global” aponta para a necessidade de inverter o Norte e o Sul, pois esses:

[...] moldam toda uma epistemologia de saberes, que nascem do conhecimento do próprio ser, e de um saber que culmina seu desenvolvimento nos saberes compartilhados entre o todo comum. A casa, o quilombo, a capoeira, a aldeia, o jongo, o ancião, as árvores, montanhas e rios; e principalmente o ser, absorvido de tudo o que o cerca neste território de “terceiro mundo”, moldado pelas relações coletivas. (NASCIMENTO, 2020, p. 64).

Nos dias atuais, a etnocomunicação se coloca ainda mais desafiadora diante do colonialismo de dados impostos pelas grandes plataformas como afirma Sergio Amadeu (2021), denominadas de Grupo Gafam (Google, Amazon, Facebook, Apple), presentes como a nova fronteira de expansão neoliberal e do capitalismo, mas que precisam ser enfrentadas e nos colocam no enfrentamento por meio da indagação sobre como nos apropriar e travar as lutas nesse processo contemporâneo. Ao mesmo tempo, Echeverry (2015) citado por Nascimento (2020), acredita que a maior difusão da informação por meio de canais de mídia digital tem permitido que um maior número de pessoas tenha acesso a terapias tradicionais,

formas de erradicação de pragas, cuidados médicos ancestrais, o que vem possibilitando outras conexões e redes.

Cibercultura e a emergência de práticas em redes: repensando a comunicação atual

O avanço das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no século XXI promoveu e promove diariamente uma revolução nas relações de trabalho, da vida em sociedade e na educação. No entanto, existem diversas contradições nessas transformações. Por um lado, elas proporcionaram uma série de avanços na economia, como o aumento da produtividade, a celeridade nos transportes e nas informações; mas, por outro, ocasionaram depauperação nas relações de trabalhos e, conseqüentemente, mais precarização. Na área da saúde, as TDICs possibilitaram a criação de especialidades, como a telemedicina, que contribuiu para o fornecimento de laudos a distância; e na educação, possibilitaram novas práticas pedagógicas que contribuíram para dinamizar o ensino-aprendizagem.

As TDICs possibilitam o processamento e o armazenamento de informações, bem como a circulação em massa de conhecimentos de maneira mais rápida, com destaque para “[...] o rápido avanço tecnológico ocorrido nas telecomunicações, como os Bits e cabos digitais surgidos a partir das necessidades de maiores taxas de transmissão que permitiram diversos serviços, como multimídia, internet, teleconferência e outros” (ALVES, 2019, p. 19).

As transformações na sociedade proporcionadas pelas tecnologias digitais ganharam destaque, impactando nas práticas de socialização e de comunicação das pessoas, permitindo que novas linguagens fossem e sejam constantemente criadas e produzidas, inaugurando novas formas de produzir, receber e transmitir informações, a partir de uma cultura compartilhada por meio das redes, computadores e

outros suportes tecnológicos, diversificando o universo da cibercultura, como já assinalado por diferentes autores. Entretanto, para entender esse processo, não podemos olhar para o fenômeno a partir do uso instrumental das TDICs sem considerar os usos políticos contemporâneos mediados pelas tecnologias digitais em rede (CASTELLS, 1999) e no ciberespaço (LEVY, 1999) — definido como *cibercultura*. Para Santos, Alves e Oliveira (2018, p. 78), é essa cultura acessível e comunicativa que nos transforma em sujeitos da nossa própria história, porque buscamos sempre moldar aquilo que encontramos nas redes e nas comunidades, expressando e aprendendo com diversas pessoas em lugares e culturas diferentes.

Com isso, compreendemos que a cibercultura emerge dos resultados que surgem a partir das mudanças ocorridas nos processos de relação social, em decorrência do desejo da sociedade pelo uso das ferramentas tecnológicas e, sobretudo, em decorrência de processos de subjetivação que cada vez mais são mediados por tais dispositivos. Isso, em uma sociedade moderna que foi criada a partir dos princípios subjetivos de uma administração preocupada em manter as relações sociais e que nos proporciona uma certa aproximação em rede, seja por meio de aplicativos de conversas ou vídeos. “Sendo assim, a cibercultura é, por assim dizer, um território recombinate, [...] que hoje, em expansão com as tecnologias de comunicação sem fio, fomenta as novas práticas recombina-tórias nas cidades contemporâneas.” (LEMOS, 2002, p. 261).

Desse modo, podemos dizer que as tecnologias digitais da informação e comunicação proporcionam, aos usuários, a ampliação e a valorização das informações que circulam em rede, mobilizando os sujeitos a se afirmarem enquanto protagonistas da sua história e/ou identidade cultural, e não apenas como simples consumidores de informações. Esse é um dos aspectos que buscamos na pesquisa e vão sendo colocadas neste trabalho. Percebemos que existe um caráter político e criador da cibercultura

na comunicação realizada pelos povos indígenas atuais, demonstrando uma postura ativa de produtores de uma nova organização cultural a partir do compartilhamento de informações, que vão sendo produzidas e/ou reproduzidas e distribuídas entre os usuários, diversificando e enriquecendo a sua interação cultural.

No entanto, para haver, de fato, inclusão cibercultural, ou seja, para democratizar o acesso às tecnologias digitais, a fim de que todos tenham possibilidade de conexão, Santos (2019) destaca que os professores, em especial, precisam se dar conta da montagem de conexões em rede, que permite uma multiplicidade de recorrências entendidas como liberação do compartilhamento, de autoria, conectividade, colaboração e interatividade para potencializar a sua prática docente. Nessa direção, é fundamental que as informações produzidas em redes, tanto individual quanto coletivamente, sejam compartilhadas por meio digital em rede, pois, ao serem distribuídas, elas se misturam com outras informações, ganhando destaques e, conseqüentemente, gerando saberes e culturas diferentes.

Hoje conseguimos perceber diferentes ações na etnocomunicação envolvendo a produção de conteúdo autoral por diferentes organizações e movimentos, que se desdobram para o cotidiano das redes e também para o cotidiano de vida dos povos, inclusive para os indígenas. Não podemos esquecer da produção com autoria (PRETTO, 2012), que traz questões/vozes dos sujeitos amplificadas pela rede, compartilhando e ainda recombinao outros espaços, como em uma escola, em uma rádio comunitária ou em um debate através das redes sociais.

Alguns exemplos nos fazem compreender e aprender com experiências, utilizando práticas ciberculturais e construindo outras referências com práticas decoloniais, tais como “TV Daniel Muduruku” e a *web* rádio “Yandê”, citados por Polastrini, Concha e Costa (2021). Os três autores trazem evidências de pensar/fazer/comunicar decolonial, que expõem a cultura e as violências sobre os povos indígenas.

[...] estes grupos/práticas buscam ressignificar ou se libertar da colonialidade do poder, através de processos de luta e resistência não exclusivamente a partir do território físico, mas em diálogo com o território digital, acontecendo como espaços híbridos de comunicação, de pensamento, de ação individual e também coletiva, de difusão de uma ancestralidade e uma espiritualidade que é tradicional, mas se apresenta contemporânea, da cosmovisão que formou e continua a compor o que é ser indígena e brasileiro. (POLASTRINI; CONCHA;

COSTA, 2021, p. 27).

Essas práticas vão sendo impulsionadas também em escalas nacionais e de forma articulada e conjuntas, trazendo para as redes as lutas e as questões que se colocam para a luta dos povos. Essas práticas são evidenciadas em algumas organizações nacionais, como, por exemplo, Mídia Índia, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Coalizão Negra por direitos (FIG. 01, 02, 03).

Figura 1 - Mídia Índia



Fonte: <https://mídiaindia.org/MÍDIA...> (2021).

Figura 2 - A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)



Fonte: APIB (2022).

Figura 3 - Coalizão Negra por Direitos



Fonte: COALIZAO (2021).

Essas experiências acima mencionadas fazem parte do processo de produção de conteúdo com articulação dos povos, dos territórios e das redes que são referências para essa investigação.

Perspectiva metodológica: pesquisa-formação multireferencial como proposta de trabalho

O processo metodológico do trabalho que está sendo referenciado pela pesquisa multireferencial, com foco na pesquisa-formação (ARDOINO, 1998; SANTOS, 2019), traz como fundamento o potencial comunicacional/educacional de forma conjunta e de maneira interativa, utiliza as tecnologias digitais e não subutiliza a educação. Por isso, é necessário que façamos um investimento epistemológico e metodológico em práticas pedagógicas com ações e um pensar/fazer (ALVES, 2003), abordando a docência e a pesquisa de maneira indissociável. Conforme Santos (2019) afirma, essa escolha é importante, por ser um exercício da pesquisa

que se dá de maneira conjunta com a formação docente, experimentando processos que agreguem o potencial comunicacional. A inspiração para a produção de conhecimentos é do método da pesquisa-formação multireferencial e com os cotidianos (CERTEAU, 2009), trazendo o respeito à pluralidade, vai ao encontro das diferenças, entrelaçando os *saberes/fazeres* acadêmicos com os *saberes/fazeres* do cotidiano e dos povos. Estamos imbuídos de uma postura implicada com as lutas dos povos e com processos formativos de aprendermos junto com o outro, ampliando o olhar sobre nós mesmos e sobre a nossa prática e as questões postas pelos territórios, pelas questões decoloniais, pelas identidades, pela etnocomunicação e educação (RIBEIRO, SANTOS, 2017).

O que a perspectiva multireferencial produz entre nós é uma convocação veemente e desafiante para aprendermos a lidar com a pluralidade nas suas mais (in)tensas formas de criar a diferença, nos seus mais densos e cruéis jeitos de originar e originalizar a formação pela atualização da heterogeneidade irreduzível como modo de alter-ação. (ARDOINO, 1998, p. 77).

Outra referência para a proposição metodológica se baseia nas proposições do Grupo de

Pesquisa Corpo, Educação e Cultura (COEDUC/UFMT), que tem um histórico de construir referências para práticas pedagógicas inclusivas e interculturais que valorizam as diferenças. Como afirmam, nas práticas formativas, desenvolvem a metodologia do trabalho coletivo, a formação-ação-intercultural com a qual tecem as próprias formações pela pesquisa-ação-intercultural que dá suporte às aprendizagens oriundas das educações indígenas. Se reconhecem no processo de aprender para aprender a ensinar, no movimento formativo com mais de dez diferentes povos indígenas de Mato Grosso, a partir do Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola, realizado em rede interinstitucional e interétnica, na qual são produzidos de forma autorais coletivas e decoloniais, materiais didáticos bilíngues e interculturais que atendem às especificidades de cada escola onde atuam os mais de uma centena de professores indígenas.

Esse caminho da pesquisa-formação está sendo construído em diálogo com os povos que produzem uma territorialidade própria, na qual se entrecruzam os território indígenas, as universidades e os movimentos sociais específicos. Tendo como referência trabalhos realizados anteriormente, referenciados em trabalhos de pesquisa já sistematizados⁶, elaboramos um caminho de pesquisa-formação utilizando a comunicação por meio da fotografia, do áudio, do vídeo, até chegar às tecnologias digitais, problematizando os usos e as apropriações das tecnologias e da comunicação contemporânea na relação educação/comunicação e as diferentes formas e caminhos em um processo formativo e informacional em diálogo docente-discentes. Neste artigo, trouxemos elementos sobre as maneiras de comunicar e produzir informações sobre as identidades, a colonialidade e as perspectivas dos sujeitos imprimirem suas autorias (PRETTO, 2012), principalmente

coletivamente, nos dispositivos comunicativos. Como, por exemplo, nas redes sociais digitais (RECUERO 2009).

O desafio de usar as tecnologias visando promover formas de pensar e fazer educação, potencializando os diversos dispositivos tecnológicos que estão sendo usados no cotidiano, é uma rica experiência de que podemos lançar mão no processo formativo [...]. Por ser uma construção do coletivo, as TDICs deveriam estar em função do coletivo, entretanto esse é um cálculo que não é bem equacionado devido ao fato de que as relações mais aprofundadas da sociedade têm sido produzidas no interior do modo de produção capitalista. Dessa forma, as tendências teóricas oriundas desse sistema têm como resultado a relação desigual entre as diferentes camadas e classes de pessoas. As TDICs e todo o seu potencial de aplicação na ciência, educação, saúde, direitos etc. são disponíveis para uma camada específica da população e para regiões do país onde o retorno dos investimentos é mais seguro. Essa relação de desigualdade tem produzido bolhas em que as minorias não têm penetração e, dessa forma, habitam as periferias digitais, com recursos limitados de comunicação e pouco conhecimento da aplicação e da utilização ética e racional das TDICs. (CORDEIRO; COSTA, 2020, p. 243).

Ainda referente às sistematizações já realizadas anteriormente, trazemos uma experiência com professores da educação básica e da reserva extrativista, envolvendo a comunicação, a arte e a política, para pensarmos rompimentos da lógica instrumental da educação e discussões sobre o sensível, utilizando referências de Jaques Rancierre (ZENHA; LOPES, 2021). O caminho utilizado na pesquisa-formação é a análise do território, dos modos de vida e intervenções/diálogo entre a cidade e as comunidades extrativistas e os professores do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Os dispositivos construídos coletivamente foram as fotografias e as intervenções sempre em diálogo e a geração de novas possibilidades em partilha com o comum, como evidenciamos com as imagens abaixo (FIG. 4).

6 Um dos textos relevantes, aqui nos referimos ao publicado na revista *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, de maio/ago. 2020, com o título "Problematizações das tecnologias digitais na formação do professor de história no contexto amazônico", mesmo que não tenhamos utilizado no texto o conceito de etnocomunicação.

Figura 04 - Sequência Intervenção



Fonte: ZENHA; LOPES (2021).

Com a análise dos dados do trabalho realizado, retratado na figura acima, podemos reconhecer, com os autores da pesquisa, que são as “propostas mais ‘desviantes’” que rompem a “racionalidade técnico-instrumental”, por superarem os protocolos pedagógicos para efetivarem-se “como práticas artísticas significativas”, uma vez que essas assumem “sua dimensão afetiva” capaz de “tocar as pessoas”. Como afirmam: “Por isso dizemos que saem do campo puramente racional para se alojarem e crescerem no campo do intuitivo e das “partilhas do sensível”. (ZENHA; LOPES, 2021).

No entrelaçamento da formação-ação-intercultural que acompanhamos para a pesquisa-formação multireferencial, passamos a tecer nossas reflexões sobre os dados coletados no evento realizado com os professores indígenas dos povos Kurâ-Bakairi, Xavante, Umutina, Bororo entre outros que estão vinculados ao Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola, já referenciado.

Nesse momento, trazemos as primeiras impressões dessa relação comunicação e educação, utilizando como técnica a transcrição das entrevistas e as impressões sobre as relações

complexas dessas áreas e como reafirmamos tudo isso tendo como referências principais os povos indígenas.

Etnomídia e apropriação das tecnologias digitais de informação e comunicação (tdics) na educação escolar indígena

Na fase em que buscamos estimular a apropriação das TIDICs na educação indígena, traremos à cena as entrevistas de duas lideranças que são referências indígenas importantes, professores doutores, também realizadores e produtores de cultura no campo das Etnomídias. As questões, mesmo que ainda iniciais, apontam para a importância da apropriação e usos da comunicação e das tecnologias no contexto contemporâneo e rompem com a lógica hegemônica imposta desde o início da colonização/invasão europeia.

Para Isabel Cristina Talkane, do Povo Kurâ-Bakairi, o uso do aparelho de telefone celular é de fácil acesso, pois está nas mãos.

Com as redes sociais ficou muito mais fácil a participação das comunidades indígenas [...] e expandiu muito. E possibilitou também essa abertura da grande mídia, para sair um pouco disso e ver o que que é real. É as pessoas construirmos suas próprias mídias. É as pessoas anônimas fazer através das redes sociais essa comunicação delas mesmas. Hoje em dia as pessoas podem postar o que elas quiserem e as redes sociais, ajudam muitas outras comunidades indígenas a passar o que realmente acontece nas aldeias, os eventos das aldeias, às vezes por reivindicação de alguma coisa e aquilo viraliza lá, mesmo através de áudio. Hoje em dia tem essa possibilidade de áudio, vídeos e imagens fotográficas e chega muito rápido. Está na mão das pessoas hoje em dia, por isso tem essa expansão toda. (ISABEL TAUKANE. Entrevista concedida em Cuiabá, 09 de março de 2022).⁷

A possibilidade do acesso aos meios de comunicação, como afirma Taukane, potencializa a autonomia e decoloniza a informação, uma vez que não só os meios de comunicação da grande mídia são acessíveis, mas produções de diferentes pessoas e redes com as quais os indígenas interagem e se relacionam mesmo à distância. Um fator relevante em sua leitura do contexto é o acesso rápido à informação sobre o que acontece nas aldeias, em momentos de pandemia e de crise das políticas públicas e dos direitos dos povos indígenas violados cotidianamente, a produção de conteúdo que atende a perspectiva dos próprios indígenas é fundamental. Nascimento (2020), sobre as formas de se comunicar e sobre a etnocomunicação, traz como central essa forma de fazer/pensar/fazer para as “mídias” uma “etnomídia”, que é realizada pelos povos indígenas com sua cultura, sua ancestralidade e sua luta, como afirma Taukane. Mesmo que as pistas sejam ainda iniciais, podemos considerar outras perspectivas sendo construídas, algumas mais coletivas e outras mais individuais nas aldeias, mas sendo desenvolvidas a partir de referências próprias.

Existe uma questão importante nesse processo que é o reconhecimento de um elemento

externo da comunicação e das tecnologias, mas que pode ser recontextualizado e remixado, tendo como elementos atuais os usos e as ressignificações pontuados pela perspectiva indígena. Como afirma Taukane (2022): “A comunicação é para todos que tenham interesse em estar produzindo alguma coisa. E as comunidades podem ter pautas que elas desenvolvem seus conteúdos, que elas querem apresentar e de como elas podem apresentar”. A entrevistada, no entanto, acredita que a mídia atual, embora apropriada pelos povos indígenas, ainda assim “continua sendo com elemento não indígena”. Nesse sentido, em sua entrevista, Taukane (2022) retoma essa questão da seguinte forma:

Muita gente fala hoje em antropofagia, pegar aquele elemento estranho, estrangeiro e transformar pra si. Acredito que é um pouco isso. A etnocomunicação pode ser isso, pegar um elemento estrangeiro que é não indígena e as comunidades transformam para si, aquele elemento, mas acredito que ele existe. A gente tem que pensar para quem está fazendo aquela comunicação. E, na aldeia, sempre foram bastante pesquisadores que faziam umas pesquisas, levavam tecnologias que o povo não conhecia, como gravador e a última levou audiovisual que o pessoal [da aldeia], principalmente os anciãos, acharam interessante. Agora a tecnologia que é bem avançada é o celular e a internet. (ISABEL TAUKANE. Entrevista concedida em Cuiabá, 09 de março de 2022).

A percepção de que as pessoas da aldeia reconhecem e acham interessantes as tecnologias, ou seja, como se refere Isabel Taukane, elas as consomem antropofagicamente, também é apontada por outro professor cujo contexto sócio-histórico-cultural é muito distinto do que viveu e vive o Povo Kurá-Bakairi. Conforme nos relata o professor Caimi Waiassé, do Povo Xavante do Território de Pimentel Barbosa, que protagonizou a “Estratégia Xavante” para se preparar para o encontro com os não indígenas, já que o contato seria inevitável. Nesse território, a circulação nos espaços urbanos e o domínio linguístico são pautados na epistemologia do próprio povo, que busca

⁷ TAUKANE, Isabel. Entrevista concedida a Leonardo Zenha para Pesquisa de Pós Doutorado, em desenvolvimento, em Cuiabá, 09 de março de 2022.

preservar-se como guerreiro e caçador. Nesse contexto específico, afirma: “Acho que é bom [...] na comunidade, as pessoas que não saiu da aldeia, sacaram que essa ferramenta [vão aprender sobre ela] usando. Tá sendo usado para ser um meio de se manifestar, para se apresentar para o mundo que muda totalmente.” (CAIMI WAIASSÉ. Entrevista concedida em Cuiabá, 09 de março de 2022).

Essa análise expressa que, com o uso das tecnologias, embora estranhadas pelas pessoas da comunidade, especialmente por aquelas que dificilmente acessam o mundo urbano da região na qual se localiza o Território, elas aprenderão usando e, mesmo com esse estranhamento, já reconhecem que essa é uma forma importante de comunicação de manifestar-se no mundo para além da própria comunidade. Essa leitura da realidade e das TDICs evidencia como estas ganham sentidos e significados próprios

No entanto, o acesso às tecnologias e às formas de seus usos no cotidiano como comunicação, transmissão e produção de conteúdo diversos, varia de povo e de aldeia, pois não seguem um único princípio e são resultantes também de dinâmicas próprias de cada etnia e de decisão política local. Essa diversidade de uso e apropriação implica, também, nas possibilidades empreendidas por políticas públicas, mas também pela ausência delas. Essa dinâmica complexa e contraditória, na qual se coloca o estado brasileiro em relação aos povos indígenas, impacta no atendimento às políticas públicas e direitos da Educação Escolar Indígena e, portanto, no acesso à etnocomunicação e às TDICs reconhecidas como relevantes para as comunidades indígenas, que continuam sendo um desafio que perpassa inclusive por formações e infraestrutura, como afirma Isabel Taukane:

[...] acho que é uma aliada muito importante hoje, mas que ainda é muito insipiente, eu acredito que hoje nas aldeias precisava de mais oficinas, precisava de instrumento, de equipamentos; faltam laboratórios para que isso aconteça que possibilitem para os alunos [o acesso] que é muito difícil nas aldeias. Esses equipamentos hoje, eu acredito que fortalece as

memórias e as documentações. Eu acredito que é uma aliada da educação e no fortalecimento cultural nas comunidades indígenas. (ISABEL TAUKANE. Entrevista concedida em Cuiabá, 09 de março de 2022).

Outro aspecto importante pontuado por Taukane é sua afirmação de que as TDICs potencializam inclusive o acesso a coisas que foram escritas e que não seriam possíveis encontrar por eles e que se torna possível: “Uma das coisas que foram escritas no século passado já é, agora, o audiovisual. Isso veio para atualizar as pessoas que não têm acesso à informação, nas questões não só indígena, mas também brasileira.” (ISABEL TAUKANE, 2022).

Caimi Waiassé⁸, do Povo “A’uwé Uptabi” (Xavante), cineasta reconhecido mundialmente e premiado no cinema em vários contextos internacionais, em sua entrevista analisa o papel desta tecnologia a partir das experiências que viveram participando de formações que os levaram a protagonizar projetos — a exemplo do Vídeo nas Aldeias — para outros povos indígenas. Ao se referir e considerando as vivências do Povo Xavante do Território Pimentel Barbosa, em Mato Grosso, reforça a importância das aprendizagens desse recurso midiático e de como foi e é relevante ter participado de festivais de cinema e filmagens, que potencializam a visibilidade de seu povo e se configuram em uma das estratégias de fortalecimento frente aos não indígenas. Desse movimento, reconhece que foram abertas portas de comunicação importantes nas quais os próprios indígenas passam a protagonizar suas formas de se apresentar aos “vizinhos” não indígenas.

Pesquisador importante vinculado ao Projeto Ação Saberes na Escola, Caimi Waiassé Xavante, em sua entrevista concedida em Cuiabá, no dia 09 de março de 2022, afirma que essas formações e a apropriação das tecnologias para a produção de vídeos abriram:

8 Entre os vídeos conhecidos de Caimi Waiassé Xavante, em todo o país e em vários outros países, inclusive com premiações em festivais, estão “Darini - Iniciação Espiritual Xavante” e “Oi’ó - A Luta dos Meninos”.

[...] outras portas, passar as filmagens no cinema, que é um sistema muito fechado e mecanizado; acho que essas portas foram abrindo e através desse projeto a gente conseguiu parceira com outras realizadoras de outros países indígenas e não indígenas para a gente se fortalecer [e escolher], que caminho a gente queria tomar. Agora [...] que algumas etnias têm sua estrutura de acesso a informações, nem precisa sair, tem internet, celular. O interessante disso é que os jovens estão assumindo a sua identidade indígena, estão apresentando diretamente a aldeia para centros urbanos, para vizinhos que a gente não conhecia. Acho que isso é um dos pontos interessantes [...] a gente acaba conhecendo o que os jovens pensam sobre a cultura, também sobre outras etnias. Acho que os jovens de hoje estão acompanhando os jovens da cidade, mas nesse ritmo, mesmo estando nas suas Aldeias, distante, estão sempre em comunicação com o pessoal da cidade; não só indígena, mas também com os indígenas que vivem nas grandes cidades, levando mensagem da aldeia para pessoas responder na cidade, sobre o que trabalham, estudam. (CAIMI WAIASSÉ. Entrevista concedida em Cuiabá, 09 de março de 2022).⁹

Tendo por referência essas duas realidades narradas pelos pesquisadores indígenas, questionamo-nos sobre como a escola poderia estar em relação ao acesso e ao uso das TDICs para qualificar e potencializar a autonomia dos professores no campo da educação escolar em suas aldeias. Inicialmente Caimi Waiassé refere-se a sua perspectiva e a do Povo Xavante em relação à escola:

[...] escola é um dos pontos de encontro de jovens com os anciãos, onde um dos anciãos consegue se comunicar com essa geração, para não perder sua identidade, não ter vergonha de quem é. Também de encarar os dois mundos, o mundo que está vivendo e mundo aqui fora. Esse mundo com a colonização que trouxeram os antepassados de 20 anos atrás. A escola é um dos pontos que a gente apresenta os dois mundos, para poder se fortalecer. Acho que a escola é o meio de apresentar, não só a cultura Xavante, mas outras culturas, outras etnias que existem no Brasil, também a possibilidade de

apresentar o não indígena, como eles são, que para a cabeça da pessoa indígena, o não índio é tudo iguais, mas não é, tem várias culturas, mas acho que a escola é um ponto para que ser usado para conhecer. (CAIMI WAIASSÉ. Entrevista concedida em Cuiabá, 09 de março de 2022).

Em nossa primeira sistematização da pesquisa-formação, podemos compreender as diversas experiências que os professores pesquisadores indígenas trazem como potência para perspectivar a educação pautada na decolonialidade e no reconhecimento de formas próprias também de usar as TDICs, considerando as narrativas sobre como usam e compreendem as tecnologias. Como apontam suas narrativas, as comunidades em cada aldeia e território têm formas próprias de se aproximarem e se apropriarem das tecnologias. O que reforça a compreensão de que há espaço para a etnocomunicação e a etnoepistemologia nas formas de ensinar e aprender, o que pode significar, que, na escola, essa transmissão dos usos não são apropriadas da mesma forma ou mesmo terão sentidos pedagógicos de se conectam aos sentidos dados pelos professores e escolas não indígenas.

Como nos aponta Caimi Waiassé, a escola para seu povo “A’uwé Uptabi”, a escola é um lugar de encontro de diferenças tanto internas dentro das próprias culturas e educações quanto das outras que trazem o mundo não indígena, mas também podem ser espaços para outras tantas culturas e educações de povos distantes.

Como nos desvela Isabel Taukane, do povo Kurâ-Bakairi, há grandes desafios ainda para superar as limitações impostas pelo estado brasileiro quanto às condições estruturantes para acesso das tecnologias, não somente a internet e os aparelhos de telefone celular, de recursos e de uso pessoal conseguem qualificar as possibilidades nas aldeias e, em especial, nas escolas indígenas, os estudantes e os professores produzem conteúdos que possam ser veiculados pelas tecnologias — mesmo em áudios — que auxiliem o acesso aos conhecimentos

9 WAIASSÉ, Caimi. Entrevista concedida a Leonardo Zenha. Para a pesquisa de Pós Doutorado, em desenvolvimento, em Cuiabá, 09 de março de 2022.

diversos. Embora reconheça a relevância das tecnologias que inclusive possibilitam o acesso a conhecimentos produzidos em tempos mais antigos, essas condições para isso não são dadas.

Algumas considerações

Retomamos nosso propósito neste texto e consideramos que estamos com a pesquisa em processo, podemos afirmar que a cibercultura, a comunicação contemporânea e as relações com a educação são algumas das perspectivas que estão sendo realizadas, pelos povos indígenas, com um caráter político e criador, tendo maneiras e formas propositivas, sejam como produtores ou divulgadores —. Estabelecendo as autorias de sua cultura a partir do compartilhamento de informações, que vão sendo difundidas e reconstruídas entre os usuários não indígenas e, ao mesmo tempo, virando referência para as aldeias, diversificando e enriquecendo a sua interação cultural.

Retomar essa proposição nos espaços das redes traz consigo a potência da luta dos povos e seus territórios, sua cultura e a exposição para pensar quem são os povos indígenas no cenário Brasileiro e Latino-americano, muitas vezes negligenciados pelo estado e ameaçados pela colonização e os colonizadores. Podemos afirmar que existe um processo comunicacional, etnocomunicacional sendo desenvolvido e evidenciado nessa investigação.

O *espolio* como presenciamos hoje, como, por exemplo, o mercúrio nos rios, fruto do garimpo ilegal, ou a não demarcação das terras indígenas, é o produto do abandono e da marginalização dos indígenas. Por isso, percebemos que essa força advinda da apropriação da comunicação/educação e das TDICs ventila novas formas de visibilidades contra hegemônicas, sabendo de todos os desafios presentes para que isso aconteça de maneira generalizada.

Nesse processo epistemológico e metodológico, as ações e o pensar/fazer têm um posição implicada com as lutas dos povos indígenas

indissociável da investigação. E a partir das experiências, vamos acompanhando juntos o potencial comunicacional, trazendo a produção de conhecimentos e o respeito à diversidade, as diferenças, entrelaçando os saberes/fazeres das pesquisas como da Universidade com os saberes/fazeres dos povos indígenas, sem ingenuidade, e forçando o rompimento de hierarquias e hegemonias cristalizadas

Podemos considerar, por fim, que os saberes e os fazeres indígenas com as tecnologias da digitais podem contribuir com processos de educação decolonial que produzem outras possibilidades de reconhecer a comunicação entre diversos povos e a relação com a sociedade ocidental, e, em especial, são autores autônomos de suas etnocomunicações, tendo acesso aos bens socioculturais fundamentais de direito a todos os povos do mundo conectado pelas tecnologias digitais

REFERÊNCIAS

ABYA Yala. In: SADER, Emir Simão; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo (coord). **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo Editorial/ Laboratório de Políticas Públicas (LPP) 2006. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>. Acesso em: 08 jan. 2022.

ALVES, Nilda. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. **TEIAS**, Rio de Janeiro, a. 4, n. 7-8, p. 1-8, jan./dez. 2003.

ALVES, Rêmulô Maia. **Cabo de fibra óptica**: importância e característica. Disponível em: <https://redestecnologia.com.br/cabo-de-fibra-optica-importancia-e-caracteristicas/>. Acesso em: 08 jan. 2022.

ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencia (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, J. (org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EDUFScar, 1998.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Repressão à manifestação indígena em Brasília deixa três feridos e dez pessoas intoxicadas com gás. Disponível em: <https://apiboficial>.

[org/2021/06/22/repressao-a-manifestacao-indigena-em-brasilia-deixa-tres-feridos-e-dez-pessoas-intoxicadas-com-gas/](https://www.g1.com.br/brasil/2021/06/22/repressao-a-manifestacao-indigena-em-brasilia-deixa-tres-feridos-e-dez-pessoas-intoxicadas-com-gas/). Acesso em: 08 jan. 2022.

BALLESTRIN, Luciana. O giro decolonial e a América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-116, 2013.

BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. **Revista Tellus**, v. 7, n. 12, p. 127-146, 2007.

BISPO, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI) – Universidade de Brasília (UnB), 2015.

CADILHE, Alexandre José; LEROY, H. R. A formação de professores de língua e decolonialidade: o estágio supervisionado como espaço de (re) existências. **Calidoscópio**, v. 02, n. 18, p. 01-21, 2020.

CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu (org.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. v. 1. 212p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação. Economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2009.

COALIZAÇÃO Negra por Direitos. Disponível em: Fonte: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CORDEIRO, Leonardo Zenha.; COSTA, Renato P. da. Problematizações das tecnologias digitais na formação do professor de história no contexto amazônico. **Esboços (UFSC)**, v. 27, p. 228-248, 2020.

CORDEIRO, Leonardo Zenha; CORREA, Juliane; FORMIGOSA, Marcos M. **Cibercultura e ensino de ciências: questões contextuais a partir da disciplina Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) no curso de educação do campo ênfase, em ciências da natureza**. **Boletim GEPEM (ONLINE)**, v. 75, p. 1-15, 2019.

CORDEIRO, Leonardo Zenha; LOPES, Raquel. Territórios do saber x territórios do viver formação docente em hetero-espacos no interior da Amazônia. **Pesquisa e debate em educação**, v. 25, p. 299, 2020.

GRANDO, Beleni S.; MARIN, José. Educação intercultural e direitos humanos em tempo de pandemia um diálogo fundamental. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-10, 2021.

GROSFUGUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LEMOIS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 8.ed. Porto Alegre: Sulina, 2020.

LEROY, Henrique Rodrigues. Decolonizar a sala de aula de PLA por meio de *portfólios* autorreflexivos: práxis em desconstrução. In: **Pós-memória e decolonialidade no ensino de línguas no Brasil: as origens do status quo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEVANTE indígena. 22/08/2021. Disponível em: <https://casaninjaamazonia.org/levante-indigena/> Acesso em: 08 jan. 2022.

MALDONADO-TORRES. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. In: SOUSA-SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

MÍDIA Índia Oficial. Instaram. Disponível em: <https://midiaindia.org/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. Trad. Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2017, p. 1-18.

MIGNOLO, Walter D. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. In: MIGNOLO, W. D.; ESCOBAR, A. (Ed.). **Globalization and the decolonial option**. London/New York: Routledge, 2010.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidades em política. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. Trad. Marco Oliveira.

- Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2017, p. 1-18.
- MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- NEBRIJA, E. A. **Gramática Castellana**. Madrid: Fundación Antón de Nebrija, 1946 [1492].
- NASCIMENTO, Letycia. **Etnocomunicação indígena como prática de liberdade decolonialista e ancestral na formação comunicativa da Web Rádio Yandê**. 2020. 145p. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.
- NASCIMENTO, Letycia G.; BASTOS, Pablo N. Etnocomunicação ancestral e decolonial: uma análise sobre a Web Rádio Yandê. **Revista Latinoamericana de ciencias de la comunicación**, v. 19, p. 60-70, 2020.
- OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. **Boletim Historiar**, v. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021, p. 97-115, 2020.
- POLASTRINI, Leandro Faustino; CONCHA, Jennifer Paola Pisso; COSTA, Paulo Sérgio Sousa. O pensamento intelectual indígena no ciberespaço. **Revista Communitas**, v. 5, n. 10, 2021.
- PRETTO, Nelson De Luca. Professores-autores em rede. In: SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; PRETTO, Nelson De Luca (org.). **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. São Paulo/SP; Salvador/BA: Casa de Cultura Digital; EDUFBA, 2012, p. 91-108.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUZA-SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Editora Cortez, 2009.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre, Sulina, 2009. 192 p.
- SANTOS, Edméa Oliveira dos. **Pesquisa-formação na Cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019. v. 1., 223p.
- SANTOS, Edméa Oliveira dos.; RIBEIRO, Mayara Rodrigues Fernandes; SANTOS, Rosemary dos. A educação on-line como dispositivo de pesquisa-formação na cibercultura. **Revista diálogo educacional**, v. 18, p. 36-60, 2018.
- ZENHA, Leonardo; LOPES, Raquel. Deslocamentos arte-educativos na Transamazônica-Xingu como experiências do sensível em direção a uma outra partilha do comum. **REVISTA POIÉSIS**, v. 22, n. 38, p. 82-105, 2021.

Recebido em: 10/05/2022
Aprovado em: 14/07/2022



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.